

# A IDÉIA DE REVOLUÇÃO NO BRASIL COLONIAL.

CELSE FREDERICO

“semelhantes cousas, nem pensar se deviam”,  
(Padre Manuel Rodrigues da Costa, Vila Rica,  
30 de junho de 1789).

## I

O objetivo deste artigo é o de apresentar e discutir o excelente trabalho de Carlos Guilherme Mota, *Idéia de Revolução no Brasil na final do século XVIII — Contribuição ao estudo das formas de pensamento na Colônia* (1).

Carlos Guilherme Mota já é bastante conhecido no círculo de historiadores paulistas por ensaios publicados anteriormente: *Europeus no Brasil na época da Independência: um estudo* (2) e *Conflitos entre capital e trabalho: anotações acêrca de uma agitação no Wiltshire em 1738* (3). Coordenou recentemente a antologia *Brasil em Perspectiva* (Difusão Européia do Livro, 1968).

A obra em questão centra-se no estudo das formas de pensamento que estariam vinculadas a quatro Inconfidências do Brasil-Colônia: a Mineira (1789), a Carioca (1794), a Bahiana (1798) e a Pernambucana (1801).

Para sondar o universo mental dos agentes revolucionários no Sistema Colonial, devemos, antes de mais nada, “situar” no espaço e no tempo a revolta contra o colonialismo nos fins do século XVIII. Por “situar” entendemos, com Sartre,

---

(1). — Tese de Mestrado apresentada, em 1967, à Cadeira de História Moderna da Universidade de São Paulo. A obra, ainda em edição universitária, será editada em Portugal. Alguns de seus capítulos serão transcritos no próximo número da Revista “Annales Historiques de la Révolution Française”.

(2). — *In Anais do Museu Paulista*, tomo XIX, 1965.

(3). — *In Revista de História*, nº 68.

“determinar a posição real do objeto considerado no processo total” (4).

Vamos primeiramente focar a diretriz da “Revolução Ocidental” e os seus reflexos na crise do sistema colonial português. Em seguida, analisaremos a posição específica do Brasil neste contexto que enforma os “modos de pensar” dos agentes coloniais.

\* \*  
\*

O ponto de referência é a idéia de Revolução Atlântica apresentada por Jacques Godechot e Robert Palmer, em 1956, no *Comitato Internazionale di Scienze Storiche* e divulgada pelo primeiro no livro *Les Révolutions — 1770-1799* (PUF, 1965). Partindo de uma frase de Jaurès,

“ Il n'y a pas à proprement parler une révolution française, il y a une révolution européenne qui a en France son sommet”,

Godechot estuda conjuntamente a constelação de revoluções que se estende de 1770 à reação dos anos 1849-1850, nos países do Ocidente banhados pelo Atlântico. Segundo êsse historiador, as inúmeras insurreições da época não podem ser entendidas separadamente, pois são manifestações de uma única e mesma Revolução.

Em última instância, a Revolução Atlântica significa o fim do Antigo Regime, período de transição entre a Idade Média e o Estado Moderno. Como fase intermediária, o Antigo Regime vive em permanente instabilidade, na medida em que se desenvolvem suas contradições internas. O rompimento inicial dá-se na periferia com a Independência dos Estados Unidos (1770-1783). A partir daí, divulga-se mais intensamente em tôda a Europa a filosofia iluminista que, lançando dúvidas sôbre a validade dos princípios que norteavam o Antigo Regime, contribuiu para miná-lo ao nível das superestruturas.

O momento mais avançado da crítica à ordem estabelecida encontra-se na poesia de William Blake. Êste poeta genial saudou a guerra da Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa como uma redenção para tôda a Humanidade. Dedicou a êsses acontecimentos dois longos poemas, *America, a prophecy* (1793) e *The French Revolution* (1791). Vivendo em plena Revolução Industrial,

---

(4). — Jean Paul Sartre, “Question de méthode”, em *Critique de la Raison Dialectique*, ed. Gallimard, Paris, 1960, pág. 33.

Blake não compactua com os valores da burguesia ascendente. Satiriza não só o racionalismo dos iluministas como também a hipocrisia religiosa que se omite em face da exploração de milhares de operários amontoados nas fábricas da puritana Inglaterra. Por se colocar “além” das soluções cabíveis em sua época, Blake permanece solitário no contexto cultural do século XVIII. A redescoberta de sua poesia será uma das conquistas do homem do nosso século.

Singular é a posição da Inglaterra perante a Revolução Ocidental. Com a Revolução Gloriosa de 1688 ela já contornara algumas contradições do Antigo Regime. O compromisso entre o poder real e a política burguesa dariam uma flexibilidade suficiente para o desenvolvimento das forças produtivas. A projeção da economia inglesa atingindo o plano internacional, afeta diretamente o sistema colonial português. Arelado à Inglaterra por sucessivos tratados, Portugal irá depender cada vez mais de suas colônias. O caráter fiscalista que assume a administração portuguesa no Brasil, após a descoberta do ouro, evidencia a estagnação da economia lusa.

Inicia-se o processo de “internacionalização” do Brasil: infiltram-se mercadorias inglesas; disseminam-se os “abomináveis princípios franceses” nas áreas coloniais.

As transformações vindas de fora somam-se aos problemas internos da Colônia. O aumento demográfico diversifica a composição da sociedade colonial. Formam-se camadas na população que não são nem escravos nem senhores: são os que não têm um “modo de vida”, os desajustados em relação à estrutura social, suporte último do pensamento inconformista. A aparição de tais categorias, afrouxando as relações de dependência, e alterando as hierarquias, traz um desequilíbrio inevitável no sistema colonial. Diz Carlos Guilherme Mota:

“as relações entre senhores e escravos não mais informavam de maneira rígida as constelações mentais possíveis em tal organização social: outros valores sociais emergiam, sobretudo nas áreas urbanas, fazendo com que não mais os senhores fôssem servidos, obedecidos e respeitados”... (pág. 15).

Essas alterações faziam-se sentir na consciência colonial. Percebia-se na Colônia que

“actualmente estavam as cousas melindrosas”.

Em Minas Gerais encontramos Ignácio Corrêa Pamplona preocupado em

“achar uma justa idéia que bem pudesse mostrar o importante pêso desta tão árdua como interessante acção” (pág. 21).

A passagem da “quietação” à revolução é visualizada pelos seres coloniais. Torna-se possível uma formulação como a do Padre Paraopeba:

“Os pelouros transtornar  
Para engrossar o partido;  
Trazer o povo oprimido  
Sem poder alguém falar;  
O sossêgo perturbar  
Da província, é só querer”.

Os movimentos subterrâneos da sociedade abalam o universo das palavras. Nos setores oficiais havia consciência de que

“ainda que seja occulto o ânimo com que se proferem as *palavras* não deixam muitas vêzes de conhecer a *intenção* dellas pela pessoa que as profere segundo as circunstâncias de tempo, lugar e modo” (*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, VII, 261, *apud* Mota, p. 30).

Carlos Guilherme Mota procura seguir o pipocar das idéias revolucionárias através dos conceitos utilizados pelos rebeldes coloniais. Um dos muitos méritos da obra analisada é exatamente o levantamento exaustivo das devassas das Inconfidências, o que coloca o leitor em contacto directo com o pensamento dos insurretos. E as palavras proferidas valem como barômetro da situação colonial, pois são as estruturas em crise que motivam a cristalização de certas idéias. Começa-se a usar algumas palavras com maior frequência; outras ganham novos significados. Essa sistematização de conceitos é típica de uma situação revolucionária que obriga os participantes a buscar novos termos e a explicitar-lhes o sentido. (E’ de Trotsky a frase: “as revoluções são verbosas”). Assim, observa o nosso Autor:

“adquire expressividade a constatação de que os agentes brasileiros do processo revolucionário norteavam suas ações através da utilização de conceitos que lhes permitiam apreender a realidade vivida e o conjunto em que estavam incrustados: “colônia, decadência, ricos, pobres, plebe, opulência, posse, cabedais, classe, casta, restauração, conjuntura, história, independência levante, Revolução, República” (pág. 6)”.

Esses conceitos atuam como catalizadores nos processos de tomada de consciência e indicam o sentido de todo um momento: a crise do Antigo Regime e do sistema colonial por êle engendrado.

Chegamos ao ponto central da questão: a “crise” não é apenas regional, ela é global. Caberia perguntar: qual o máximo de cons-

ciência possível que os revolucionários coloniais podiam ter do processo maior no qual estavam inseridos? Como situar a Revolução Atlântica, de que nos fala Godechot, nas áreas coloniais?

Para responder a essas perguntas, o A. distingue os reflexos da Revolução Atlântica nas áreas coloniais e nas áreas metropolitanas. Além das diferenças estruturais dessas sociedades, existe a nota esclarecedora da “situação colonial”.

“O homem, o “ser colonial”, participou das transformações já contaminado pela determinação mencionada. Nessa medida, a Revolução nessas áreas obedece a estímulos e busca metas que “não têm” modelos correspondentes claros em áreas metropolitanas. Até pelo contrário, certos movimentos revolucionários liberais coetâneos guardavam em seu bôjo características que se opunham rigorosamente ao da Revolução para as áreas coloniais” (pág. 8).

O “viver em colônias”; de que falava o “colono ilustrado” Luís dos Santos Vilhena, preside a tôdas as formulações do pensamento revolucionário. Explicitaremos, em seguida, o “sentido” do colonialismo, chave para a compreensão dos movimentos de libertação nos subsistemas periféricos.

\* \*  
\*

A situação colonial é — para empregarmos uma expressão de Gurvitch — um “fenômeno social total”, que inclui as dimensões econômica, política, cultural, ideológica, etc. Trata-se de um complexo que abrange todo o universo mental e as formas de conduta dos seres coloniais: limita o alcance de suas consciências e a sua visão do mundo.

O contexto-colônia é uma realidade total que não pode ser escamoteada pelo investigador. Já em 1951, Georges Balandier criticava alguns antropólogos que, ao estudar tribos indígenas na África, não se referiam aos problemas raciais e abstraíam de suas análises uma realidade concreta: a situação colonial. Partindo de uma falsa dicotomia, “civilização ocidental” e “povos primitivos”, êsses antropólogos encobrem o fato colonial, mediação obrigatória entre os dois polos (5). Segundo Balandier, êste “esquecimento” se explicaria pe-

---

(5). — Diz Balandier: “La société colonisée à laquelle s'attache L'anthropologue... participe, à un degré plus ou moins important (...) à la situation coloniale; elle est un des groupements constituant la “colonie”. Et l'on conçoit mal qu'une étude *actuelle* de cette société puisse se faire sans tenir compte de cette

lo mêdo de reconhecer um “sistema”, uma sociedade precisa: a sociedade colonial de que êles também participam. E’ curioso observar que muitos antropólogos recusam dar a sua disciplina o título de ciências aplicada. . .

Subjacente ao complexo colonial encontramos o fenômeno da “alienação” que em última análise explica o funcionamento do sistema. Roland Corbisier compara a relação colonizador-colonizado ao binômio senhor-escravo da dialética hegeliana:

“O colonizador é sujeito, ao passo que o colonizado é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigações e deveres, e, quanto aos direitos, apenas aqueles que o senhor lhe concede. O escravo não é sujeito e não tem direitos, porque, como diria Hegel, não é “reconhecido” pelo senhor, não é visto por êle como se fôsse também sujeito. O escravo não tem ser próprio, nada é em si mesmo, pois o seu ser se fundamenta no ser do senhor de cuja vontade é apenas reflexo” (6).

Esta situação alienante atinge globalmente a Colônia:

“ela não é cultura, mas natureza, não é história mas geografia, não é tempo mas espaço, não é vigília mas torpor, não é sujeito mas objeto, não é destino mas instrumento, não é forma porém matéria, não é consciência mas automatismo, etc.” (7).

As manifestações literárias da época colonial são antes eco da cultura ibérica e, eventualmente italiana e francesa, do que frutos de um processo criador autônomo. Tanto no período barroco (século XVII), como na fase arcádica (segunda metade do século XVIII), os modelos e as formas artísticas dependem diretamente das inovações européias. Mesmo os poetas de formação iluminista da chamada “plêiade mineira”, de algum modo vinculados à Inconfidência e atingidos pela repressão portuguesa quando do processo instaurado em 1789, importam esquemas métricos, rimas, elementos míticos e, em geral, temas que nada têm a ver com as condições objetivas da vida brasileira. Cláudio Manuel da Costa, talvez o mais perfeito arca-de da língua portuguesa, chega a lamentar que, em vez das límpidas

---

double réalité, la “colonie”, société globale au sein de laquelle elle s’inscrit, et a situation coloniale créée par celle-ci; surtout lorsqu’elle se donne pour objet avoué les faits résultant du “contact”, les phénomènes ou processus d’évolution (“La situation coloniale: approche théorique”, in *Cahiers Int. de Soc.*, vol. XI, 1951, pág. 76).

(6). — Roland Corbisier — *Formação e Problemas da Cultura Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, pág. 29.

(7). — *Idem*, pág. 69.

águas dos regatos gregos, tenha que cantar o “turvo ribeirão do Carmo”.

Esta situação alienante atinge, nos fins do século XVIII, seu ponto de saturação. A asfixia em que viviam os sêres coloniais expressa-se numa frase de Vilhena:

*“Não é das menores desgraças o viver em colônias”.*

O rompimento do sistema transforma-se numa possibilidade. Em Salvador pergunta-se com aflição:

*“Que fazem êstes malditos Povos que se não levantão? Para quando se guardão?”.*

\* \*

\*

## II

Não se podem estudar formas de pensamento em abstrato: o historiador sério deve necessariamente procurar a vinculação entre o plano das idéias e a realidade social.

Atento a esta condição, Carlos Guilherme Mota, na obra que estamos analisando, estuda as idéias de revolução no Brasil nos fins do século XVIII tomando como referência a “propriedade”, elemento básico para a compreensão do processo revolucionário.

A propriedade é vista como um critério para circunscrever o pensamento colonial a uma área estratégica que mediatiza o relacionamento entre a realidade econômica e a consciência social. Numa perspectiva mais ampla, a propriedade surge como uma contradição no sistema colonial: ela é, ao mesmo tempo, requisito e agente desintegrador do processo de colonização. Assim, a base do colonialismo português (exploração de gêneros tropicais para suprir o mercado internacional) tornou-se insuficiente para manter a estrutura social que se constituía a partir dêle.

A oposição entre o desenvolvimento da Colônia e o regime colonial expressa-se socialmente nos grupos dominantes interessados na conservação e na alteração do sistema. Êstes, atingidos diretamente pela dominação portuguesa, eram os únicos com possibilidades de levar adiante o processo de libertação. Isso não quer dizer que as tensões internas tenham desaparecido (a Inconfidência Bahiana prova o contrário), mas sim, que naquele momento histórico preciso, a contradição principal dava-se entre a colônia e a metrópole.

E' nesse contexto que se entende por que o inconformismo emergente dos sêres coloniais foi polarizado pelos proprietários brasileiros que, já tendo feito incursões nas áreas de pensamento perigosas, em voga na França, indicariam a "direção" do processo revolucionário. Nas Minas Gerais, foram setores das lavras e do comércio; no Rio de Janeiro, só os do comércio; na Bahia, o dos pequenos proprietários.

Um exemplo nítido do inconformismo da classe dominante é o representado pelo poeta Tomás Antônio Gonzaga. O autor de "Marília de Dirceu" viu que era possível "levantar os Povos do Brazil" e teria desejado que isso acontecesse. Pertencendo à alta magistratura, embora não possuísse "grosso cabedal dos pais herdados", sua poesia reflete a visão do mundo do grupo no qual circulava:

— Eu, Marília, não sou algum vaqueiro que viva de guardar alheio gado. De tóscos trato, de expressões grosseiro".

Ou então, "é bom ser dono" (= proprietário) "de um rebanho que cubra monte e prado" (Lira I).

O mesmo viés classista encontramos em José Álvares Maciel. Percebeu claramente a distância que havia entre a revolução dos proprietários e o perigo que representava a participação dos escravos

("arbitrio ... diametralmente ... opposto ao fim que se propunha").

Observou também que o

número dos homens pretos ... era ... muito superior ao dos brancos";

e, portanto, se libertasse

"grandissimo número de Escravos, que há no Paiz, eis ahí ficavam sem haver que trabalhasse nas terras tanto na mineração, como na cultura". A abolição da escravatura significaria para êle uma diminuição dos bens dos proprietários coloniais que ficariam "sem haver de que subsistir" (pág. 46).

Joaquim José da Silva Xavier, embora não fôsse um homem culto como Gonzaga, ou viajado como Maciel, nem tivesse o nível econômico destes, compartilhava dos preconceitos do grupo com o qual convivia. Preterido quatro vezes nas promoções militares, Tiradentes sentiu, mais do que os companheiros de rebelião, o cerceamento que o regime impunha às camadas populares e aos baixos escalões do sistema. O Alferes

"não só trazia as marcas das preterições na carreira militar como, na nova ordem, aspirava a ganhar "de renda mais de cincoenta mil



cruzados". Afirmou que para a revolução que se propunha era preciso ter "figura", "valimento" e "riqueza para persuadir um Povo tão grande" (pág. 50).

Um exemplo baiano, Cipriano Barata, ilustra bem a relação entre ideologia revolucionária e propriedade. Formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, cirurgião, senhor de engenho falido, proprietário de escravos, Cipriano Barata destacou-se como jornalista revolucionário participante de diversos movimentos. Homem culto, seguia atentamente os acontecimentos da política internacional, chegando a desaconselhar um levante no Brasil, pois

*"a maior parte dos habitantes deste continente vivem debaixo de disciplina de hum cativoiro, não têm capacidade para tal acção".*

Percebeu o caráter internacional da Revolução Francesa observando que

*"o melhor era esperar que viessem os Franceses os quais andavam nessa mesma diligência pela Europa, elos cá chegarão"* (pág. 55).

Apesar de culto, Cipriano Barata estava, como não podia deixar de ser, impregnado pelos valores e preconceitos do grupo social e racial a que pertencia. Numa carta que dirigia a um amigo, disse:

*"Cautela comessa canalha Africana"* (pág. 57).

O ódio de Cipriano Barata representa, no fundo, o medo que os proprietários sentiam da participação dos negros na Inconfidência Bahiana (intentada por pessoas

*"detoda a casta, emesmo dos pretos epardos libertos emque tentavão matar todos os brancos"* (pág. 57) (8).

O homem mais lúcido da época é, sem dúvida alguma, Luís dos Santos Vilhena, Professor Régio de Língua Grega na Cidade de Salvador. Sua visão do mundo situa-se a meio caminho entre as "idéias de quietação" e as idéias de revolução, isto é, corresponde a uma versão colonial do reformismo ilustrado. Colonizador e crítico da colonização, Vilhena não adere à causa revolucionária, limitando-se a dar sugestões para a

*"reforma de que carece o Brasil"*.

---

(8). — Isso não diminui o fervor revolucionário de Barata cuja apologia foi feita por Caio Prado Jr., no ensaio "Cipriano Barata (1764-1838)", em *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, ed. Brasiliense, 1966.

Observador arguto, Vilhena percebeu a vinculação entre a hierarquia colonial e as formas de consciência social:

*“Quem gera o cidadão he a propriedade”; cada um “entende a palavra liberdade segundo o seu modo de pensar, fazendo-a susceptível de tantas definições quantos são os pareceres e paixões dos que nela têm exercitado os seus engenhos” (pág. 63).*

Adotando a ótica do colonizador (refere-se às vezes às “nossas colônias do Brasil”), Vilhena propôs a reforma do sistema colonial, pois percebia que era

*“opprimido aqui o Povo”*

e que os escravos se tornaram uma

*“corporação temível e digna de bastante atenção” (pág. 67).*

Como colonizador, Vilhena afirmou que os escravos se deveriam colocar num

*“estado de subordinação tal que julgassem, quanto ao respeito, que qualquer branco era seu senhor”.*

Ainda como colonizador, não poderia entender por que os negros tratavam

*“os mais brancos com aquella displicência e pouco aprêço que observão serem tratados por seus senhores” (pág. 67).*

Mas o que torna Vilhena uma inteligência única no Brasil-Colônia é o modo como captou as relações sociais que se formam a partir da propriedade. Este “colono ilustrado” percebeu a

*“deferença que há do proprietário a quem não o he”,*

e antes de Marx já observava que

*“a sociedade politica compoense de proprietarios e dos que não o são; o que he sabido. Pertende o proprietario comprar pello menor preço possível o unico bem do não proprietario, ou jornaleiro, como he o seu trabalho” ... “o não proprietario ... se esforça por vendello [força de trabalho] pello mais que pode, e neste letigio succumbe de ordinário o contendor mais débil, apezar de maior em número” (pág. 72).*

Para delimitar as direções tomadas pelo pensamento revolucionário nos fins do século XVIII, pode-se, a partir de sugestões de Carlos Guilherme Mota, esboçar uma tipologia das motivações que presidiram à ação dos insurretos nas duas principais Inconfidências: a Mineira e a Baiana.

Na Inconfidência Mineira prevaleceu o tipo de motivação “mais colonial do que social”. A inquietação teve por base a coerção exercida pela metrópole através da cobrança dos impostos sobre a produção aurífera. A revolução foi dirigida pelos proprietários, “homens de possibilidades”, diria Tiradentes, dessa região em plena decadência econômica.

Dentro desse modelo, podemos apreender duas orientações principais. A primeira visa à separação da Colônia “sem” alteração na ordem política, o que para a época já é subversiva pois significa uma ruptura no processo de colonização. A segunda objetivava a separação da Colônia “com” revolução política, mas sem alteração na hierarquia da sociedade. Segundo nosso Autor, esta é a posição dos proprietários escravistas que viam na reorganização da vida política melhores condições para assegurar suas posses.

Já na Inconfidência Baiana prevalece o tipo de motivação “antes social que colonial”. A revolução foi impulsionada pela participação de pequenos artesãos, militares de baixo escalão, escravos e demais setores populares. Neste modelo a ruptura se dá em três níveis: separação da Colônia, mudança das instituições políticas e reorganização da sociedade em novas bases.

O pensamento mais radical da Inconfidência Bahiana é o de Manuel da Santa Ana, que pretendia estabelecer

*“huma República de igualdade”.*

Para este “enragé”, a revolução se faria

*“saqueando os cabedões das pessoas opulentas”.*

Quanto ao problema religioso na sociedade futura, assinala Santa Anna, seriam considerados

*“desabusados todos os que estavam fixos nestas perniciosas máximas” (pág. 60).*

Mas o que verdadeiramente dá uma dimensão-limite à Inconfidência Bahiana é a perspectiva da emancipação dos negros, o que implicaria na ruptura da sociedade estamental escravocrata e de toda a superestrutura sobre ela assentada. Esta posição, entretanto, não tinha possibilidade de vingar, pois as condições sociais ainda não estavam maduras para permitir uma mudança “dentro” da sociedade so-

lonial. A contradição principal, como vimos, dava-se entre os setores dominantes da colônia e a Metrópole: a empresa colonial produzira homens que já nos fins do século XVIII,

*“não mais se honram do nome Portuguez”.*

São os proprietários que começavam a se opor ao processo de colonização, obstáculo ao livre desenvolvimento dos seus “cabedais”, no momento mais crítico do sistema colonial.

Suporte das manifestações nacionalistas, a propriedade enforma os horizontes dos seres coloniais e indica a direção da ação revolucionária. O sentimento nacionalista, vinculado à propriedade, iria significar uma fratura no processo de colonização e o despertar da consciência nacional.